

**Intervenção do Ministro das Finanças
no debate de generalidade do
Orçamento do Estado para 2024**

Assembleia da República

Terça-feira, 31 de outubro, 10h00

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhoras e Senhores Deputados,

Mais rendimentos, mais investimento, melhor futuro.

Estas são as escolhas do Orçamento do Estado para 2024.

Mais rendimentos para as famílias porque é essencial aumentar o poder de compra. E porque à queda da procura externa devemos contrapor o reforço da procura interna.

Mais investimento porque o presente e o futuro do país assim o exigem. E porque investir hoje reforça a economia e o emprego quando do exterior os ventos sopram contra.

Melhor futuro porque é nossa responsabilidade assegurar uma sociedade digna e uma economia competitiva para as atuais e futuras gerações. Porque os atos de hoje não devem, não podem, deixar para trás a nossa responsabilidade para com os jovens e as gerações que lhes sucederão.

Mais rendimento, mais investimento, melhor futuro. Este é o Orçamento de que o país precisa.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores deputados,

O Orçamento do Estado reforça efetivamente os rendimentos das famílias

Entre redução de impostos, aumento de salários e pensões, e reforço das prestações sociais, este Orçamento aumenta o rendimento das famílias em 5.000 milhões de euros de forma permanente e num só ano.

Ao contrário do que dizem as oposições, as medidas de reforço de rendimentos superam em muito a variação nos impostos indiretos. O saldo líquido das medidas de aumento de rendimento das famílias tem pouco ou nenhum precedente. Repito: **5.000 milhões de euros, ou seja, cerca de 500 euros por residente.**

Desce o IRS em mais de 1.700 milhões de euros, através da redução das taxas, da atualização dos escalões, do reforço do mínimo de existência, do alargamento do IRS Jovem ou do aumento das deduções das despesas com arrendamento.

Aumenta o salário mínimo nacional para 820 euros, o que significa mais 60 euros mensais para estes trabalhadores. São 840 euros a mais por ano.

Aumenta o salário dos funcionários públicos em pelo menos 52 euros por mês, aos quais se somam os efeitos das progressões, num acréscimo total de cerca de 1.500 milhões de euros.

Aumentam as pensões em 2.200 milhões de euros, assegurando a recuperação do poder de compra dos pensionistas.

Aumentam as demais prestações sociais em 800 milhões de euros, com destaque para o

abono de família, para o Complemento Solidário para Idosos ou para o Rendimento Social de Inserção, apoiando quem mais precisa.

Dito isto, é fácil perceber que a direita não queira debater o que realmente importa neste Orçamento.

Porque o que realmente importa é pagar menos IRS, é subir o salário mínimo, é atualizar as pensões bem acima da inflação, é melhorar os salários na administração pública.

Senhoras e senhores deputados,

O Orçamento do Estado reduz efetivamente os impostos que os portugueses vão pagar

Como é claro do orçamento e das análises independentes já realizadas, a redução dos impostos diretos supera largamente o aumento de alguns impostos indiretos. São na prática 1.000 milhões de euros que são devolvidos aos portugueses.

Quanto à carga fiscal, que os críticos se apressam a citar, importa não confundir aumentos de receita, com aumentos de tributação.

Nas contribuições sociais, todo o aumento de receita resulta de mais emprego e melhores salários.

Nos impostos, o aumento da receita é sobretudo explicado pelo ritmo e composição da atividade económica.

Porque não basta olhar para a evolução do PIB nominal. É preciso perceber os motores do crescimento. Em 2024 a procura interna crescerá a um ritmo que é quase o dobro do verificado este ano. Ora isso gera mais receita de impostos. Mesmo com a diminuição geral da tributação.

Em 2024 a carga fiscal será de 25,1%, abaixo de 2015. E a carga contributiva será de 10,4%, acima da de 2015. Isto acontece só por boas razões. Repito, isto acontece só por boas razões: do lado fiscal porque fomos sempre reduzindo os impostos; do lado das contribuições porque nunca mexemos nas taxas mas sim porque temos muito mais emprego e temos melhores salários do que em 2015.

Aumentar o emprego, os salários e as exportações. Fazer crescer a economia. Esta é a estratégia que resulta e que tantos anos depois a direita ainda não compreendeu.

Em terceiro lugar, este Orçamento reforça áreas críticas do Estado social

Aqueles que procuram ignorar a complexidade dos problemas fazem eco de toda e qualquer reivindicação corporativa, como se a resolução de todos os problemas dependesse disso.

Como temos afirmado, há problemas que não se resolvem só com dinheiro.

Mas dizemo-lo com a autoridade de quem nunca regateou esforços para dotar as áreas críticas do Estado Social com os recursos necessários à sua melhoria e ao seu reforço como garante de dignidade, de cidadania, de justiça e de igualdade.

O Orçamento da Saúde aumenta em 1.200 milhões de euros, o da Educação em 300 milhões, e o da Habitação em mais 340 milhões de euros.

Ao mesmo tempo, melhoramos as ferramentas de gestão para que os recursos sejam gastos da forma mais eficiente.

Com este Orçamento acabam as cativações, são adotadas medidas de agilização de investimento, e introduz-se uma importante reforma no setor saúde, que passará a ter um plano de atividades único e beneficiará da generalização das unidades locais de saúde.

Senhoras e senhores deputados,

O Orçamento aposta no investimento

Aumenta a resiliência das empresas, melhora a competitividade da economia e reforça os serviços públicos.

Desde logo, porque defende a procura interna num momento de arrefecimento externo. Para além do reforço de rendimentos que sustentará o consumo e a atividade das empresas, o Orçamento aposta no investimento.

O investimento público subirá de 7,4 para 9,2 mil milhões de euros. Será mais do dobro das verbas investidas em 2015. Pela primeira vez

desde 2011, o peso do investimento público ultrapassará os 3% do PIB.

Do lado empresarial, no âmbito do PRR, estão aprovados 4,6 mil milhões de euros em projetos, dos quais mais de 800 milhões já foram pagos.

O Orçamento apoia ainda a capitalização das empresas com 180 milhões de euros. Num momento de taxas de juro altas é ainda mais importante que haja capacidade de investimento através de capitais próprios, em vez do recurso ao endividamento.

O reforço do incentivo à capitalização é acompanhado de apoios à investigação científica e inovação, nomeadamente através do

SIFIDE ou do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI). E preveem-se incentivos a valorizações salariais alinhadas ou superiores ao referencial do acordo de rendimentos, bem como descidas de impostos para *startups*.

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Este é um Orçamento responsável

Responsável porque apoia os portugueses, sem prescindir do equilíbrio orçamental.

Preserva assim o fundamental: a possibilidade de reagir caso as condições económicas se agravem, deixando os estabilizadores

automáticos funcionar, não correndo riscos na nossa credibilidade financeira.

Responsável porque a despesa corrente sem juros e sem gastos financiados por PRR crescerá 5,7% em 2024, passando a pesar 37% do PIB. O que significa que mesmo à saída de um ciclo inflacionário, fica em linha com os valores registados antes da pandemia.

Esta é, senhoras e senhores deputados, mais uma vez, uma escolha deste Governo. Uma escolha pela responsabilidade.

Finalmente, este é um Orçamento que protege o futuro

Porque o que se exige a um Governo é que antecipe os desafios.

Este é um Orçamento que antecipa desafios reforçando como nunca o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. Em 2022 e 2023 foram alocados a este fundo mais 5,7 mil milhões de euros.

E para 2024 vai ser criado o Fundo para o Investimento Estruturante. Porque também sabemos que o PRR um dia vai acabar e que nessa altura é importante que a nossa

economia continue a ter meios para investir. Uma vez mais, é uma escolha deste Orçamento.

Por último, este é um Orçamento que prossegue a redução da nossa dívida pública.

Já em 2023, já este ano, o peso da nossa dívida pública será inferior ao da Grécia, da Itália, da Espanha, da França e da Bélgica. Em 2024, a dívida pública vai cair para menos de 100% do PIB, o que não acontecia desde 2009.

Sabemos que os juros vão continuar elevados, e também por isso baixar esta escolha do Governo é essencial.

Basta ter presente que se Portugal registasse em 2024 o peso da dívida de 2022, cada residente teria de suportar mais 125 euros em impostos para a conseguir pagar.

Os que criticam a descida da dívida, fazem-no porque falham onde o Governo está a ter sucesso.

A direita apregoa a sua importância, mas todos os dias defende mais e mais medidas, prometendo sem critério, nem limite.

A direita não reduziu a dívida no passado e não tem qualquer ideia sobre o que fazer no presente, porque na verdade a direita não sabe reduzir a dívida, pois continua presa à sua

ideologia de redução do Estado social e da contração do crescimento de rendimentos e direitos dos trabalhadores.

Já à esquerda do PS, mesmo a que timidamente afirma que reduzir a dívida é importante, discorda sempre do ritmo e da oportunidade. Agora não é momento, agora devíamos reduzir menos. Na prática sabemos onde isto nos leva: a aumentos contínuos da dívida pública, à redução da autonomia de decisão e ao aumento dos riscos sobre o país.

O OE prosseguirá o caminho que tem trazido resultados sólidos e consistentes aos portugueses.

Mais rendimentos, mais investimento, melhor futuro.

Esta é a escolha do Orçamento do Estado para 2024.

Esta é a escolha pelos portugueses.

Muito obrigado.